

Crise financeira facilita acordo sobre moratória

26 OUT 1987

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — Ao entrarem na imponente sede de mármore do Federal Reserve Bank, na quarta-feira, o principal negociador da dívida, Fernão Bracher e o embaixador brasileiro em Washington, Márcio Marques Moreira, sabiam que iam participar de um evento importante.

Na manhã fria de outono, havia uma agitação incomum no edifício do banco central americano. Longas limusines negras com antenas espetadas em seu topo entravam e saíam sem parar da garagem subterrânea do prédio. Em seus corredores havia um burburinho tenso. Não era para menos.

Dois dias antes, uma das maiores crises do sistema financeiro internacional tinha explodido com toda a força, chicoteando impiedosamente todas as capitais do mundo industrializado. Os valores das ações das mais sólidas empresas do planeta — dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha e França — despencavam de forma vertiginosa. Trilhões de dólares de riquezas desapareciam das mãos de investidores, que, aterrorizados com seus prejuízos, pediam providências às autoridades dos respectivos países.

Era por isso que o banco central injetava bilhões de dólares no sistema, para mantê-lo azeitado. Pela mesma razão, altos funcionários do governo americano passavam horas nos telefones, conversando com seus colegas no resto do mundo e combinando medidas coordenadas a fim de acalmar os mercados agitados. Foi também por causa disso que o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, convocou a dupla brasileira para uma sessão de negociação.

Inquietação — Greenspan queria eliminar uma das causas da grande inquietação que dominava os mercados financeiros — a moratória brasileira. Desde que foi declarada, em 20 de fevereiro passado, a suspensão dos pagamentos de juros da dívida brasileira provocara fortes tempestades. O maior país latino-americano, responsável pela maior dívida externa do mundo em desenvolvimento, estava desafiando o sistema financeiro por oito meses. O Brasil recusava-se a pagar os juros e a submeter-se ao FMI, exigia caras concessões aos bancos e, além disso, dava o que para os credores parecia um péssimo exemplo. Baseados na atitude brasileira, mais de uma dúzia de países médios e pequenos também tinham suspendido seus próprios pagamentos e a situação começara a se deteriorar.

O presidente do banco central americano sabia que as negociações do Brasil com os bancos estavam mal paradas. O governo Sarney tinha apresentado uma proposta cheia de exigências novas que nem todos os seus credores queriam aceitar. Para começar, o Brasil queria que os bancos concordassem em reescalonar os vencimentos do período 1986-89 mas eles não pareciam dispostos a incluir mais do que os anos de 86 e 87 num acordo. Os credores justificaram essa atitude dizendo que as incertezas políticas e econômicas do Brasil são muito grandes. Por causa disso, eles queriam manter o governo brasileiro sob rédeas curtas. Mas o Brasil queria mais tempo, liberdade e espaço para manobrar. Percebendo que a moratória causa enormes problemas para os bancos, o governo afirmava que só a interromperia depois que os bancos aceitassem suas principais reivindicações a respeito do reescalonamento da dívida. O impasse era óbvio.

Em condições normais, caberia aos bancos e ao governo brasileiro encontrarem juntos uma solução para o impasse. Mas as condições não são normais, raciocinou Greenspan. Num clima de crise em que a estabilidade do sistema financeiro está sendo questionada, as incertezas precisam ser

diminuídas, um acordo entre o Brasil e os bancos precisava ser encontrado rapidamente e, por causa disso, ele resolveu intervir.

Ele sabia que o governo Sarney é extremamente fraco. Sendo decretado a moratória, precisava apresentar fortes argumentos para sair dela e os bancos não estavam inclinados a facilitar sua vida. Em conversas com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, Greenspan ficara sabendo que um dos temores brasileiros é voltar a pagar sem que os bancos se comprometam a aceitar as linhas mestras da proposta brasileira. Bresser afirmara várias vezes que não aceitaria soluções interinas que resolvessem apenas o problema dos bancos. Por isso, Greenspan propôs uma solução interina amarrada a uma solução a médio prazo para a dívida que atenda também às inquietações brasileiras.

Caução — Tão logo começou a reunião com Bracher e Márcio, Greenspan entregou-lhes uma proposta por escrito. Ela referia-se a um depósito pelo Brasil de uma parte dos juros atrasados numa conta em caução no Banco de Compensações Internacionais, o BIS, de Basileia, na Suíça. Se isso fosse feito, o Brasil estaria dando o primeiro passo para o fim da moratória. Os efeitos desse gesto seriam imediatos, tranquilizando os temores de colapso de centenas de bancos que emprestaram cerca de 70 bilhões de dólares ao país e que não estão recebendo os juros referentes a esses créditos. Mas esse depósito não seria transferido aos bancos imediatamente. Pelo contrário, continuaria sendo contado como reserva do Brasil no BIS.

Curiosamente, segundo a fórmula, em vez de receber o dinheiro desse depósito, os bancos credores do Brasil teriam que desembolsar mais dinheiro, de três a quatro vezes mais do que o Brasil, e também depositá-lo no BIS. E a partir de então teriam que demonstrar sua intenção de continuar financiando o Brasil. Isso seria feito por meio das negociações a respeito do reescalonamento da dívida. Só na medida em que fossem atingidos certos estágios da negociação, os depósitos em caução seriam gradualmente liberados para os bancos. Os principais estágios previstos na fórmula são a conclusão das discussões entre o Brasil e o Comitê de 14 bancos que representa todos os credores, a adesão de todos os credores ao acordo, a assinatura dos documentos respec-



Alan Greenspan

Trata-se de uma fórmula complicada e sem precedentes que exige sacrifícios de todos, até mesmo das normas que regem o funcionamento de bancos em vários países industrializados. Nesse último caso, as normas não serão propriamente violadas mas terão que ser interpretadas com grande flexibilidade pelos órgãos governamentais reguladores. Como os bancos não receberiam de imediato o pagamento parcial dos juros atrasados, pelas normas vigentes teriam que continuar registrando o Brasil como inadimplente e aumentar suas reservas para perdas em virtude disso. Mas como o pagamento brasileiro estará depositado sob caução no BIS e será eventualmente usado para pagar os bancos espera-se que os regulamentos bancários não se transformem em barreiras para a aceitação da fórmula.

Evolução — Funcionários americanos e brasileiros que acompanham de perto as negociações ressaltam que a ideia de um pagamento em caução para uma entidade neutra não foi dada por Greenspan. Ela evoluiu de discussões nos últimos meses entre o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, o Secretário do Tesouro, James Baker III, o ex-presidente do Federal Reserve, Paul Volcker e os membros da equipe econômica brasileira.

Pelo menos uma coisa parece certa: quando manifestou oficialmente, na manhã de sexta-feira, que concordava com a fórmula proposta por Greenspan, o Brasil livrou-se da maior ameaça que pairava em seu horizonte financeiro. A comissão intergovernamental, que se reúne a partir de hoje para examinar a classificação da dívida externa. "Se ela for aceita acho que a desconfiança mútua que estava tomando conta tanto dos brasileiros quanto dos banqueiros vai diminuir", afirma um participante das discussões.